@RQUIVO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO

PUC Minas

Programa de Pós-graduação em Educação

ISSN: 2318-7344
v. 14, n. 23 | 2026

O Ensino Médio no Brasil e a Persistência da dualidade estrutural

Secondary Education in Brazil and the Persistence of Structural Duality

La educación secundaria en Brasil y la persistencia del dualidad estructural

Eliane Nunes Marins [i]
Mestranda em Educação | Instituto Federal de Goiás - IFG | Goiânia | GO | Brasil

Guenther Carlos Feitosa de Almeida[ii]
Doutor em Educação | Instituto Federal de Goiás - IFG | Goiânia | GO | Brasil

Resumo:
O presente artigo tem como objetivo discutir o Ensino Médio e a persistência da dualidade estrutural que historicamente existe na História da Educação no Brasil. Onde a escola dos jovens se divide em duas escolas, uma para os filhos da elite e outra para os filhos da classe trabalhadora. Uma para a formação dos que vão permanecer no poder e outra para a formação de mão de obra. É a lógica capitalista ainda mais visível dentro do espaço escolar. Como metodologia foi utilizado o Estado do Conhecimento, em pesquisas realizadas no estado de Goiás no repositório da Universidade Federal do Goiás (UFG), Universidade Estadual do Goiás (UEG), no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e por fim no repositório do Instituto Federal de Goiás (IFG), o período buscado foram pesquisas feitas entre 2016 até 2026. O tempo delimitado denota o período em que as discussões de uma Reforma para o Ensino Médio começaram a ser debatidas no Governo Temer (2016-2018), e depois veio a se concretizar na Lei nº 13.415/2017. Como resultado, não foram encontradas muitas pesquisas desse período. Foram 10 pesquisas analisadas que tratam do Ensino Médio no contexto capitalista de dualidade estrutural. Concluímos assim que, o Ensino Médio no Brasil possui muitos desafios, pois até mesmo as leis vigentes reforçam a dualidade estrutural. Assim, pesquisar sobre as fragilidades e as forças do Ensino Médio à luz do materialismo histórico dialético é essencial para fortalecer essa etapa da Educação no Brasil.

Palavras-Chaves: Educação. Ensino Médio. Dualidade Estrutural. Novo Ensino Médio.

Abstract:
This article aims to discuss secondary education in Brazil and the persistence of the structural duality that has historically characterized the History of Education in the country. In this context, the education of young people is structured around two distinct educational paths: one intended for the children of the elite and another for the children of the working class; one aimed at educating those who will occupy positions of power and another focused on training the workforce. This reflects the capitalist logic that is increasingly evident within the educational sphere. The methodology employed was a state-of-the-knowledge study based on research conducted in the state of Goiás and available in the repositories of the Federal University of Goiás (UFG), the State University of Goiás (UEG), the Federal Institute of Goiano (IF Goiano), and the Federal Institute of Goiás (IFG). The search covered studies conducted between 2016 and 2026. This period was

Recebido em: 11/08/2026 | Aceito em: 28/10/2026 | Publicado em: 00/11/2026

selected because it encompasses the emergence of debates on a reform of secondary education during the Temer administration (2016–2018), which subsequently materialized in Law No. 13.415/2017. The search identified a limited number of studies addressing secondary education within the capitalist context of structural duality. A total of ten studies were analyzed. We conclude that secondary education in Brazil faces significant challenges, as even current legislation reinforces structural duality. Therefore, investigating the weaknesses and potentialities of secondary education from the perspective of historical-dialectical materialism is essential to strengthening this stage of education in Brazil.

Keywords: Education. Secondary Education. Structural Duality. New Secondary Education.

Resumen:
El presente articulo tiene como objetivo discutir sobre la educacion secundaria y la persistencia de la dualidad estructural, que historicamente existe en la historia de la educacion en Brasil. Donde la formacion de los jovenes se fragmenta en dos instituciones, una destinada a los hijos de la elite y otra a los hijos de la clase trabajadora. Una para la formacion de los que van a permanecer en el poder y otra para la formacion de la mano de obra. Y la lógica capitalista aun más visible dentro del espacio escolar. Como metodologia se utilizo el Estado del Conocimiento en pesquizas realizadas en el estado de Goiás en el repositório de la Universidad Federal de Goiás (UFG) Universidad Estadual de Goiás (UEG) En el Instituto Federal Goiano (IFG) Y, por último en el repositório del Instituto Federal de Goiás. El período analizado incluyo pesquizas realizadas entre 2016 y 2026. El tiempo delimitado denota el periodo en el que comenzaron las discusiones de una reforma para la educacion secundaria durante el gobierno Temer y que luego se concretaron en la ley 13.415/2017. Como resultado no se encontraron muchas investigaciones de este período. Se analuzaron pesquizas que abordan el bachirellado en el contexto capitalista de dualidad estructural. Por lo que concluímos que la educacion secundaria en Brasil presenta muchos desafios, pues hasta las leyes vigentes refuerzan la dualidad estructural. Investigar las fragilidades y fuerzas de la educacion secundaria a la luz del materialismo historico dialectico es esencial para fortalecer esa etapa de la educacion en Brasil.

Palabras clave: Educación. Educación Secundaria. Dualidad Estructural. Nueva Educación Secundaria.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é estruturado na discussão sobre o Ensino Médio, seus objetivos e peculiaridades no contexto atual e na análise de questões sobre o trabalho como princípio educativo e a dualidade estrutural ainda presente neste nível. Como objetivo central vamos discutir o Ensino Médio e a persistência da dualidade estrutural, suas características atuais e em que medida as reformas implementadas desde 2016 reforçam esta cisão tão presente nesta etapa da Educação Básica. Nesse sentido essa pesquisa se justifica pois em 2017 a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) instituiu o chamado Novo Ensino Médio, o que provocou mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996). Estas mudanças surgiram a partir de uma Medida Provisória do governo do então presidente Michel Temer (2016-2018).

Nesse sentido, as alterações implementadas tiveram impacto na organização das escolas e no trabalho dos professores, modificando a trajetória escolar dos estudantes do Ensino Médio em todo o país. No governo seguinte, Jair Bolsonaro (2019-2022), com as restrições orçamentárias as implementações desta política ganharam forma ainda mais acentuada de restrição à formação das juventudes. Depois disso, após pressão da sociedade civil e de setores ligados à educação, o governo Lula (2023-2026) realizou modificações resultando assim na Lei nº 14.945/2024, apesar de não a revogar como era esperado.

Neste contexto este trabalho busca as relações históricas entre educação e trabalho detidamente na etapa do Ensino Médio, onde existe uma dualidade estrutural nas escolas, onde os objetivos para os filhos da classe trabalhadora é diferente da escola dos filhos da elite. Uma das discussões que está presente nas políticas públicas e nas reformas da educação na atualidade é a questão dos jovens da classe trabalhadora que precisam "escolher" se continuam os estudos ou partem para o trabalho. Além disso, também se faz necessário compreender a história do Ensino Médio no Brasil, sua relação com o trabalho para perceber como e de onde vem essa dualidade estrutural que ainda hoje permanece como característica da educação no Brasil. As reformas advindas de momentos políticos e econômicos recentes é ponto de reflexão, principalmente na sua articulação entre formação geral básica e formação profissional.

Como metodologia foram analisadas teses e dissertações dos repositórios das instituições do estado de Goiás que trouxessem elementos sobre: ensino médio, juventudes, trabalho como princípio educativo, formação integral, trajetórias dos estudantes e seus contextos. Além de refletir sobre a legislação da educação e a persistência da dualidade estrutural que persiste na história da educação, principalmente nessa etapa da educação básica.

Assim, iremos analisar a história do Ensino Médio no Brasil para refletirmos sobre a dualidade que existe entre a relação trabalho e educação como pretexto para discutirmos a dicotomia presente em nossos dias, como por exemplo, as escolhas que os jovens precisam fazer cada vez mais cedo; se dedicar ao trabalho ou continuar os estudos. É isso que pretendemos analisar neste artigo a partir de pesquisas sobre o Novo Ensino Médio e a dualidade estrutural no estado de Goiás, ou seja, como esse "Novo Ensino Médio" tem modificado as trajetórias dos estudantes dessa etapa da educação básica no Brasil. E por último, sem a pretensão de esgotar o tema, trouxemos um panorama das pesquisas sobre o Ensino Médio e seus métodos de análise em instituições do estado de Goiás.

2 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

No final da década de 80 a educação passou por bons momentos, era o período em que a ditadura civil-militar (1964-1985) havia terminado e os civis, embora alguns fossem coniventes com o regime, passaram a fazer parte do governo. Era também o início das discussões sobre uma lei que pudesse organizar a educação como um todo, a que culminaria mais tarde na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A redemocratização possibilitou também a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a que posteriormente teve resultado positivo, uma nova Constituição para o país. A lei da educação promulgada em 1996, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que surgiu a partir de reivindicações da população para uma educação nacional mais comprometida com a classe trabalhadora e com pautas mais urgentes das minorias, um avanço para a democratização pujante.

Já o ano de 2016 foi de intensos acontecimentos políticos, pois a presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), neste ano, sofreu um processo de impeachment e teve seu mandato cassado pelo Senado Federal no dia 31 de agosto daquele ano. Assim, seu então vice-presidente, Michel Temer (2016-2018), advogado, professor e escritor, com uma longa história no Congresso Nacional, inclusive sendo o presidente da casa em três ocasiões diferentes e um político mais alinhado com a política liberal deu grande enfoque no seu governo a articulação política entre o legislativo e o executivo, o qual passou a chefiar, no intuito de aprovar pautas econômicas liberais. Nesse contexto, editou a Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida na Lei 13.415 (Brasil, 2017) no dia 16 de fevereiro, a "Lei do Novo Ensino Médio", cujo texto trouxe reformas significativas. O porquê dessas mudanças foi muito bem analisadas por Motta e Frigotto (2017).

> Partimos do pressuposto de que essa "reforma" imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização — fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais. (Motta; Frigotto, 2017 p. 357).

Ou seja, já no seu nascimento, a Medida Provisória que reformava o Ensino Médio com raiz liberal, se tornou tema de debates nas academias brasileiras, trazendo em seu bojo matérias para críticas, reformulações e até revisões do texto em questão. Almeida (2025) chama a atenção para essa contradição, revelando que a luta voltada para a superação da dualidade estrutural foi solapada pela lógica neoliberal de educação e demarcada objetivamente na "Lei do Novo Ensino Médio"

pelo Governo de Michel Temer.

A partir de 2017 as escolas passaram a implementar o Novo Ensino Médio com seus projetos de vida, itinerários formativos para a escolha do estudante, porém cada estado elaborou seus próprios referenciais curriculares, o que gerou ritmo e modelos de Ensino Médio diferentes em todo o país. Muitas escolas públicas, principalmente em estados e/ou municípios menores com restrições orçamentárias enfrentaram dificuldades estruturais das mais diversas; infraestrutura, não oferta de itinerários formativos adequados à região ou ao interesse dos estudantes e projetos de vida conforme a classe social a que pertencia o jovem. Devido a esses problemas, as desigualdades geradas por esse novo formato e críticas em relação a redução de conteúdos essenciais o modelo passou por revisão já no governo Lula (2022-2026), e isso resultou na promulgação da Lei nº 14.945/2024 que promoveu mudanças pontuais como o tempo destinado para a formação geral básica e também mexeu nos itinerários formativos. Entretanto, a concretização desses objetivos esbarra em uma histórica disputa em torno da função social da escola. O Ensino Médio constitui um espaço de tensão entre diferentes projetos de sociedade e de formação humana, nos quais se confrontam perspectivas que defendem uma educação voltada à formação omnilateral e à emancipação dos sujeitos e outras perspectivas que privilegiam uma formação orientada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nesse contexto, as recentes reformas educacionais evidenciam a permanência da dualidade histórica que marca essa etapa da Educação Básica, reacendendo debates políticos, econômicos e sociais sobre o direito à educação pública de qualidade. Além disso, existem ainda as chamadas provas externas, onde os resultados não têm refletido ao que a lei, no papel, pretende. Há ainda muitos obstáculos a serem pensados, como por exemplo, a falta de docentes nas escolas mais longínquas, uma formação de professores para uma verdadeira emancipação pessoal, uma emancipação dos estudantes e as demandas que são cada vez mais hegemônicas, até mesmo dos próprios jovens, que muitas vezes não se reconhecem como classe trabalhadora, por ser parte do projeto ideológico da classe burguesa, que os molda para que não se reconheçam mesmo em sua classe e deseje os ideais da classe burguesa, um "novo velho" desafio desta etapa da educação, com avanços em sua história, mas com entraves históricos para sua consolidação.

Sendo assim, neste séc. XXI a educação dos jovens tem sido colocada em pauta por vários motivos e um deles é o desafio da democratização e da universalização desta etapa, pois apesar da expansão que houve por volta da década de 90, nos últimos anos, várias foram as políticas que surgiram para o Ensino Médio. E nesta corrente, as demandas da juventude ainda são um ponto forte a ser definido e urge por uma educação de qualidade que dê condições reais para uma inserção

no mundo social e do trabalho, respeitando suas demandas e por que não seus próprios projetos de futuro.

Cury (1998) já afirmava que o Ensino Médio brasileiro refletia a "realidade perversa" do Brasil, que é dual, elitista e seletiva. Já Castro (2009) em seus estudos afirma que essa etapa continua sendo ponto de encontro das contradições, uma vez que os principais problemas advêm da falta de qualidade do ensino fundamental, assim os jovens chegam ao Ensino Médio com graves deficiências de aprendizagem, com muitas disciplinas, pouco tempo e ensino descontextualizado. Junto a isso a ineficiência da formação de professores e a desvalorização da profissão, e por fim, a multiplicidade de objetivos do Ensino Médio, que engloba perspectivas formativas, formação integral para uma cidadania ativa e crítica e sua preparação para o trabalho e ingresso no Ensino Superior, conforme a aptidão de cada um.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) situam o debate sobre Ensino Médio Profissional e Tecnológico no contexto da globalização da economia e em contextos sociais do capitalismo. Defendendo uma escola que não deve formar trabalhadores para o mercado de trabalho apenas, mas um Ensino Médio Integrado que deve formar cidadãos capazes de compreender a realidade de forma crítica para atuar na sua transformação. É nesse contexto que o Ensino Médio Integrado vem como alternativa à dualidade histórica da educação brasileira, que separa a formação geral da formação profissional, priorizando esta. Mesmo que a LDB traga como objetivo a formação para o trabalho de uma forma geral é na sua estrutura que já separa o trabalhador da classe dirigente, aquele que irá mover as máquinas e aquele que será o dono destas máquinas.

Por fim, há muito o que investigar a respeito desta etapa da educação. Uma vez que é neste momento de vida que o jovem tem que se entender e entender a realidade em que vive, para que de forma crítica possa tomar para si as rédeas da sua própria história e compreender a totalidade da qual faz parte.

3 RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO E A DUALIDADE ESTRUTURAL (PROFISSIONALIZAÇÃO E CONTINUIDADE NOS ESTUDOS)

Em vários momentos da história humana, os quais fizeram mudanças profundas nas relações sociais no que tange ao setor econômico, cultural e político entram também em cena os embates teóricos e ideológicos e consequentemente reformam-se os processos de formação humana e as questões educativas que podem ser um ponto de avanço ou retrocesso para a humanidade.

A concepção de homem se firma como ser histórico-social, que compreende a formação

humana como um processo histórico e contraditório, pois é onde os indivíduos tomam consciência de si e das relações sociais às quais estão sujeitos. (Saviani, 2013; Frigotto, 2010). A educação moderna está situada dentro da disputa entre os projetos econômicos da classe burguesa e aqueles da classe trabalhadora. Nesse sentido, a formação do homem em sua totalidade perante a sociedade capitalista em que vive é uma questão central para a compreensão da escola, de sua formação e das relações sociais entre os homens, relações estas que se tornou e torna-se cada vez mais complexa perante o trabalho no mundo capitalista (Frigotto, 2010; Ramos, 2001). Uma vez que o homem produz sua existência por meio do trabalho e a partir disso entra em contato com a natureza e outros homens, a formação humana tem a necessidade do desenvolvimento como particularidade e como generalidade, uma vez que este homem reúne em si o modo de existência subjetivo da sociedade.

E aqui, a relação trabalho-educação é marcada pelos valores capitalistas, sendo assim torna-se um processo contraditório, pois é a partir dela que a formação humana se configura. Nesse contexto, a educação moderna configura-se nos novos confrontos sociais e políticos, em um primeiro momento como instrumento de cidadania e liberdade e depois como mecanismo de controle desta mesma liberdade, da civilização, da racionalidade e de submissão suportáveis às novas formas de produção industrial e relações sociais. (Frigotto, 2010; Saviani, 2013).

É certo que os debates sobre a concepção de Ensino Médio integrado à educação profissional demonstraram um caráter ético-político, uma vez que esses debates coincidem com os debates sobre projetos de sociedade e concepções de mundo, o que a realidade nos impõe a refletir sempre sobre que tipo de sociedade estamos visando quando elucidamos o projeto de educação que temos. É claro que o projeto da classe trabalhadora visa uma sociedade que inclui a diversidade, valoriza os sujeitos em sua capacidade de produção de vida e assegura direitos e não ao contrário, pois precisamos construir, juntos, e com a juventude brasileira uma sociedade justa e integradora.

Lá atrás, nos debates para uma LDB mais completa e com objetivos claros e unitários para a educação, a defesa de um projeto de escola unitária que supere a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual se fez importante, uma vez que essa separação que se manifesta socialmente e visivelmente é inerente ao modo de produção capitalista, que impõe uma divisão social do trabalho a serviço da produção de mercadorias de forma generalizada. E isso implica processos pedagógicos de preparação/formação adequados a este fim. Encontramos na história da educação moderna, um economista chamado Adam Smith que no século XVIII já recomendava o ensino popular para as massas, custeada pelo Estado, porém, o mesmo não estava preocupado com a omnilateralidade do ser humano, sua pretensão era evitar a degeneração do povo originada pela divisão do trabalho (Marx, 1988).

Ou seja, a dualidade entre educação e trabalho coincide com a história da luta de classes no capitalismo, por isso, ainda hoje a educação permanece dividida entre formação para o trabalho, para os trabalhadores, e formação para gerenciar e controlar os meios de produção para os filhos das elites. Esta é a concepção de escola para o capitalismo em sua historicidade. Então, a dualidade da educação no Brasil é também a marca da educação moderna no modo de produção do capital, e, segundo autores que se debruçam sobre essa área, esta é a luta contra hegemônica que só pode ser lutada com o coletivo, ou não haverá sucesso. Frigotto (2003) em suas posições críticas sobre a dualidade na educação afirma que:

> No processo de definição da LDB, o lobby do ensino técnico propõe uma radicalização do dualismo, mediante a formação de um subsistema de ensino "tecnológico" que vai da escola básica à pós-graduação. A base da argumentação passa pelo ideário da teoria do capital humano, atualizada pelas "teses" da sociedade do conhecimento e da "qualidade total". (Frigotto, 2003, p. 188).

A partir daí percebe-se que a dualidade na formação dos estudantes egressos do Ensino Médio é na verdade um projeto muito bem alicerçado pelos setores privados, pelos homens de negócio, e é neste ponto que sentimos a dificuldade em concretizar uma escola unitária. (Gramsci; Frigotto; Kuenzer). Nesse sentido, a educação unitária, proposta por Gramsci e de caráter politécnico e omnilateral da educação dos trabalhadores pressupõe que todos tenham acesso ao conhecimento, à cultura e ao que for necessário para trabalhar e produzir a sua existência e a riqueza social. Essa educação unitária é um termo que expressa mais detidamente o princípio da educação como direito de todos, questão que está na Constituição desde 1988.

O trabalho tem um sentido mais amplo, sendo assim como realização e produção humana e também como práxis econômica possuem dois pilares importantes, como (1) o de uma educação integrada, unitária de fato e que garanta a todos o direito ao conhecimento; (2) e uma educação politécnica com universalização do acesso à cultura, à ciência e ao trabalho, e tudo isso por meio de uma educação básica e profissional. (Gramsci; Saviani; Frigotto; Ramos). Lembrando que politecnia é uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo que os estudantes possam ser orientados à realização de múltiplas escolhas.

No Ensino Médio, embora o trabalho seja concebido como princípio educativo, voltado à compreensão da realidade social e à formação omnilateral dos sujeitos, essa concepção frequentemente é substituída por uma perspectiva utilitarista, na qual o trabalho passa a justificar uma formação direcionada às demandas imediatas do processo produtivo e do mercado de trabalho.

Almeida (2024) indica que:

> No entanto, é importante salientar que as habilidades intelectuais requeridas pelo trabalho contemporâneo são utilizadas de forma funcionalista, visando adaptar os trabalhadores às formas de trabalho existentes. De acordo com a perspectiva do capital, mudanças são aceitáveis desde que não questionem as bases da produção, sendo a reflexão utilizada para corrigir erros no processo de trabalho. (Almeida, 2024, p. 213).

Assim as ações voltadas para o Ensino Médio, mesmo tendo o trabalho como princípio educativo e especialmente as de Educação Profissional, precisam centrar-se na superação da dualidade estrutural.

Destarte do ponto de vista da política nacional já existem dispositivos legais para a construção de uma formação integrada no Ensino Médio com a educação profissional, mas antes, de forma singular deve se entender que essa perspectiva de profissionalização dos jovens da classe trabalhadora, essa integração numa visão mais marxista, é uma necessidade do ponto de vista econômico e não propriamente dito uma questão de humanidade, já que é o capital que regula a economia e a sociedade.

Quando se fala de educação, hegemonia e contradição, pensa-se numa visão dialética do ser humano que implica em reconhecer a realidade social como espaço de luta de classes e compreender as tensões sociais entre o indivíduo e a sociedade. Onde a classe dominante precisa reproduzir as condições que a sustenta em sua dominação e para isso é preciso uma hegemonia construída, ou seja, legitimar a visão de mundo desta classe como se fosse universal. E é aqui que a educação tem um papel fundamental, atuando na formação do consenso, seja pela persuasão ou pela coerção, como aponta Lefebvre (1991 p. 17). Mas, é importante entender que a educação não cria as relações de classe, mas a articula e a expressa dentro da escola. Por fim, neste sentido a educação profissional não pode ser reduzida apenas a preparação para o emprego, é mais que isso, é a formação de um homem para uma sociedade como um todo, para a vida social.

4 O ENSINO MÉDIO NA ACADEMIA E AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS

No Ensino Médio as contradições da Educação Básica reaparecem de forma aparente, pois é o momento em que os jovens são levados a decidirem seu futuro, onde eles passam a compreender melhor o mundo do trabalho e suas vicissitudes. Além das implicações reais sobre suas vidas fora do ambiente escolar que implicam nos seus futuros que estão sendo forjados dentro daquele mesmo ambiente. Escolhemos o estado de Goiás e as Instituições Públicas com programas de pós-

graduação em Educação para analisarmos as pesquisas que estão sendo feitas sobre o Ensino Médio, sobre o Neoliberalismo, Formação Omnilateral, a reforma e a contrarreforma do Ensino Médio. A escolha pelo estado de Goiás se dá por este ser o ente federativo da região centro oeste com maior número de matrículas no Ensino Médio.

Ademais, o estado de Goiás adotou o chamado "Bônus por Resultados", que representa um 14º salário para os profissionais da Rede Estadual de Educação[1]. Na aparência, essa valorização do professor é um dos pilares de uma boa formação, tanto dele quanto do estudante, porém na essência é apenas um engodo, pois responsabiliza os docentes por resultados que não dependem de sua aula, que não dependem do seu trabalho, mas da Rede de Ensino, das políticas públicas, das condições das famílias; uma vez que muitas escolas sofrem diversos tipos de mazelas; como a infraestrutura da escola, de transportes, violência, falta de material, entre outros. A análise das pesquisas nas instituições públicas é fundamental para mapear o que está sendo pesquisado, como esses pesquisadores estão buscando compreender a vida desses jovens e como suas vidas foram e estão sendo afetadas pelo chamado Novo Ensino Médio.

Esta pesquisa no estado se justifica ainda por almejar compreender se os pesquisadores têm conseguido refletir sobre educação e juventude. Também foi feita uma análise sobre a metodologia que está sendo utilizada pelos pesquisadores e como elas estão dando conta, ou não, da complexidade da educação do séc. XXI e sua busca por futuros possíveis. Como delimitação do tempo, este artigo se debruça nas pesquisas feitas nos repositórios das instituições a partir da implementação do Novo Ensino Médio após a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), ou seja, a partir da Reforma do Ensino Médio, sendo assim de 2016 a 2026.

Para as análises utilizamos o Estado do Conhecimento, metodologia que faz parte das chamadas pesquisas bibliográficas, segundo Pádua (2004, p. 55) a natureza das pesquisas bibliográficas envolve investigações fundamentadas "[...] nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia". E destacamos o quanto as pesquisas desta etapa da Educação Básica se fazem necessárias no cenário atual, como por exemplo, para pensar políticas públicas refletindo sobre os sujeitos envolvidos no processo e não apenas em números ou resultados, uma vez que se deve analisar a totalidade do fenômeno e não apenas números frios em uma tabela. E aqui vale ressaltar: a que custo este professor estará conseguindo resultados que não são de sua responsabilidade, e ainda a que custo esse estudante está gerando números dentro da sua realidade?

Analisamos as pesquisas sobre o Ensino Médio no estado de Goiás, utilizando alguns

[1] Lei nº 24.218, de 9 de abril de 2026

critérios; observando o método de investigação utilizado, para pensarmos no Materialismo Histórico Dialético, ou seja, pensarmos nos estudos que tenham como objetivo e viés o de propor uma educação para a última fase da Educação Básica de forma a relacionar problemas reais e buscar uma solução possível para que isso possa se tornar um ponto de partida para outros pesquisadores, uma vez que o Materialismo Histórico-dialético analisa a educação a partir das condições materiais das relações de produção e das contradições sociais, ou seja, a educação nesse método é compreendida como práxis social, sendo assim historicamente determinada e ligada à sociedade e suas dinâmicas de classes e de lutas de classe.

Para a busca das pesquisas no estado de Goiás elencamos os descritores e foram feitas as buscas nos repositórios específicos nas instituições públicas do estado; na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e no Instituto Federal de Goiás (IFG), estes últimos ainda incipientes em suas pesquisas por terem programas recentes de pós graduação. O quadro abaixo sintetiza as pesquisas encontradas. Além do mais, foi utilizado a IA do Google Gemini chamada NotebookLM para cruzar dados das 10 pesquisas encontradas. Foi analisado junto a IA o cruzamento dos objetivos gerais das pesquisas, suas convergências, como críticas ao neoliberalismo, a defesa da formação humana total e o contexto regional comum; o estado de Goiás, assim como as divergências, principalmente no foco da pesquisa e no recorte. Também foi analisado das 10 pesquisas, em forma de cruzamento dos dados os problemas a serem respondidos e seus resultados para uma análise a respeito das escolhas das pesquisas elencadas na tabela abaixo.

Tabela 1 – Teses e dissertações encontradas nos repositórios de Instituições no estado de Goiás

Inst	Ano	Tipo	Autor	Título	Objetivo	Método
UFG	2019	Tese	Maria Olinda Barreto	Juventudes e Ensino Médio: perspectivas formativas para o Ensino Médio em escolas públicas de Iporá, Goiás	Objetivou compreender as perspectivas formativas destinadas às juventudes no Ensino Médio, buscando compreender para além do legalmente instituído se, e como, essa etapa de ensino dialoga com as/os jovens, seus principais destinatários.	A abordagem da temática no tocante às juventudes tem como referência a perspectiva sócio-histórica e cultural e o ensino médio é analisado no bojo das disputas internas e externas dos campos econômico, político e educacional, visto que esses dois objetos trazem, em sua essência,

Inst	Ano	Tipo	Autor	Título	Objetivo	Método
						projetos e concepções de sociedade conflitantes e em constantes disputas.
UFG	2019	Dissertação	Heliane Braga Coelho	Trajetórias laborais e formativas dos educandos do PROEJA	Como Objetivo Buscou Compreender As Percepções Acerca Do Processo De Ensino E Aprendizagem Dos Educandos Egressos, Concludentes E Não Permanentes Do Curso Técnico Em Panificação Integrado Ao Ensino Médio Na Modalidade Educação De Jovens E Adultos / Educação Profissional Tecnológica (Proeja) Oferecido Pelo Câmpus Inhumas Do Instituto Federal De Goiás (IFG)	Este estudo buscou compreender, numa aproximação da perspectiva dialética, o PROEJA na dinâmica societal e nos processos formativos.
UFG	2018	Dissertação	Neusa Sousa Rêgo Ferreira	"Gestão Militar" da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia	Objetivo geral investigar os processos de implementação dos colégios militares, tomando como locus da pesquisa um colégio estadual da polícia militar de goiás em Aparecida de Goiânia	Não declarou
UFG	2018	Dissertação	Alana Gabriela Vieira Alvarenga Da Costa	Flexibilização do Ensino Médio no Brasil: impactos e impasses na formação filosófica dos licenciados	Objetivo analisar a reforma do ensino médio, explorando, como questão principal, a flexibilização das disciplinas de humanas nos currículos, mais especificamente, da filosofia.	Não declarou
UFG	2017	Dissertação	Rafael Gomes Pinheiro	Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do Ensino Médio de uma pequena cidade do sul do estado de goiás	Objetivo deste estudo foi apreender os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do interior do estado de goiás	Não declara
UFG	2017	Dissertação	Terita Michele Da Silva Ferreira	Há algo de novo no ensino médio em Goiás? os sentidos do trabalho no programa novo futuro	Busca-se compreender a ideologia deste programa que se mostra hegemônico enquanto modelo de ensino médio de tempo integral que é baseado na tecnologia empresarial odebrecht (teo).	Não declara
UFG	2017	Tese	Gilda Guimarães	A relação entre a educação e o trabalho na educação profissional	Buscou-se recuperar os elementos de integração e de desintegração da educação profissional com os processos de escolarização de nível médio como etapa final da	Não declara

Inst	Ano	Tipo	Autor	Título	Objetivo	Método
				técnica de nível médio do IFG – câmpus Goiânia: contradições, impasses e perspectivas	educação básica no Brasil.	
UFG	2017	Tese	Sebastião Cláudio Barbosa	A formação integrada omnilateral: fundamentos e práticas no Instituto Federal de Goiás a partir do PROEJA	Buscou-se, por meio das demandas por conceituação advindas dos relatos, e também da vivência já mencionada, conceituar os fundamentos da formação integrada omnilateral (ética, interdisciplinaridade, currículo integrado, ensino desenvolvimental), condizentemente com os princípios da práxis.	O movimento desta pesquisa considera a lógica dialética, que vai do todo para a parte, voltando para o todo a partir da historicização da parte, considerando o conflito existente.
UFG	2016	Dissertação	Renato Ribeiro Rodrigues	Programa Novo Futuro: entre a legitimidade e a necessidade do Ensino Médio em tempo integral	Buscamos desenvolver uma reflexão sobre a possibilidade da oferta de um ensino médio em tempo integral que desvele e supere dualidades ainda existentes entre teoria e prática, conteúdo e forma, trabalho manual e intelectual, formação humana	Fundamentados no referencial epistemológico e teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético.
UEG	2024	Dissertação	João Roque Das Chagas Filho	Os estudantes de Ensino Médio de Inhumas: contextos, percepções e projetos de vida	O objeto de estudo deste trabalho são os estudantes do ensino médio em Inhumas e a relação entre os contextos em que estão imersos e suas perspectivas futuras, orientadas pela concepção neoliberal de projeto de vida.	Não declara

Fonte: Dados da pesquisa.

Como resultado das análises percebemos que as pesquisas realizadas nas instituições públicas do estado de Goiás com centralidade no Ensino Médio trazem diferentes perspectivas e abordagens do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica (EPT), discutindo a formação integrada omnilateral e examinando a articulação entre formação geral básica e a formação técnica para o trabalho. Há trabalhos que discutem a reforma do Ensino Médio e as políticas públicas analisando os impactos da Medida Provisória nº 746/2016 e da Lei nº 13.415/2017 (Novo Ensino Médio), refletindo sobre currículo, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Itinerários e o componente Projeto de vida. O Ensino Médio em Tempo Integral foi tema de pesquisas que investigaram programas estaduais de ampliação da jornada escolar, como o Programa Novo Futuro e a atuação dos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs). Juventudes, Escolarização e Sentidos de Estudo também foi mencionado focando na relação dos jovens com a escola pública em municípios como Iporá, Inhumas e Água Limpa para compreender o papel do

Ensino Médio na preparação destes para o mercado de trabalho e para o Ensino Superior. Pesquisas destas instituições em Goiás também buscaram compreender a organização e o impacto da expansão dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG).

As investigações possuem forte convergência de fundo teórico e ético crítico enquanto divergem em seus recortes específicos e espaços. Como ponto de convergência temos que os trabalhos utilizam referenciais alinhados ao Materialismo Histórico-Dialético e à Teoria Crítica ou Sociologia da Educação, utilizando textos clássicos e também trabalhos recentes de autores como (Marx, Gramsci, Lukács, Saviani, Frigotto, Kuenzer, Bourdieu, Foucault). Nesse sentido, as pesquisas criticam a pedagogia das competências, a redução das disciplinas humanas/filosóficas e o ensino voltado para as exigências imediatas do mercado. E assim, defendem uma educação pública emancipatória, unitária e politécnica que forme a partir da Educação Básica para a completude do ser humano e não para uma mera adaptação social.

Em "A formação integrada omnilateral: fundamentos e práticas no IFG", tese elaborada pelo pesquisador Barbosa (2017) investiga os fundamentos epistemológicos e axiológicos da formação integrada omnilateral no IFG no âmbito do Proeja, como resultados constatou que os docentes compreendiam conceitos centrais, como o de interdisciplinaridade que muitas vezes é visto apenas como casamento de disciplinas e formação integrada, ou seja, uma simples soma de educação básica com educação técnica. Em sua análise o autor identificou que havia a prevalência de uma cultura tecnicista e o estranhamento a abordagens mais críticas. E ainda por outro lado, a pesquisa evidenciou que a construção coletiva de eixos temáticos possibilitou práticas interdisciplinares integradoras capazes de articular ciência, técnica e crítica ao capitalismo.

Nesse sentido, as pesquisas analisadas trazem um diagnóstico denso sobre disputas e desafios do Ensino Médio no estado de Goiás, os resultados sobre programas de tempo integral e as mudanças de currículos apontam para a inserção da lógica empresarial dentro da educação pública. As escolas estaduais em tempo integral que foram analisadas mostraram que a ampliação da jornada escolar não é garantia de uma formação omnilateral, tendo como objetivo final apenas o treinamento para os exames padronizados sobrecarregando o trabalho docente.

Nos colégios com gestão da Polícia Militar foi constatado um forte controle disciplinar, engessamento do trabalho pedagógico e clima de receio de vigilância. Embora tenham registrado notas elevadas no IDEB, estes decorrem de processos implícitos de seleção de estudantes, obrigando a classe trabalhadora a abrir mão da sua autonomia crítica e aprofundando as desigualdades escolares. As pesquisas centradas nas percepções dos estudantes de cidades menores do estado mostram que a escola pública ainda é um espaço fundamental de sociabilidade e

principalmente esperança de ingresso no Ensino Superior. Porém, nesse contexto há um descompasso, pois muitas vezes os jovens não são vistos em seus contextos e suas reais condições socioeconômicas e nem nos seus projetos futuros.

Essas pesquisas têm relevância científica e social sob múltiplos aspectos, mostraram o desvelamento da dialética entre o vivido e o prescrito, uma vez que a pesquisa cumpre seu papel de confrontar os discursos oficiais. Também mostraram resistência teórico-crítica e produção de contra-hegemonia ao utilizarem o Materialismo Histórico-Dialético e referenciais da Teoria Crítica construindo fontes que contestam a naturalização do mercado dentro do espaço escolar. Além disso, as pesquisas ainda deram voz aos trabalhadores da EJA, aos jovens do interior goiano e aos professores da rede pública resgatando trajetórias e denunciando marcas de exclusão estrutural e precarização do trabalho.

Nesse sentido, na dissertação de Pinheiro (2017), cujo título é "Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do Ensino Médio de uma pequena cidade do sul do estado de goiás", o autor trouxe como problema o apreender os sentidos do processo de escolarização para os jovens concluintes do Ensino Médio do único colégio desta etapa da educação básica no município de Água Limpa no estado de Goiás. Como resultado os sentidos atribuídos pelos estudantes se dividiram em três eixos; escola como espaço de sociabilidade; escolarização como percurso difícil marcado por precariedades especialmente para os estudantes do turno noturno; e por último a valorização como condição indispensável para a realização de planos futuros, ingresso na faculdade e conquista de mobilidade social.

Além disso, os achados revelam que a reconfiguração do Ensino Médio em Goiás mostra a convergência entre a dualidade estrutural e sua perpetuação e a racionalidade gestionária na educação. De um lado, a introdução de uma narrativa ideológica pautada no empreendedorismo, meritocracia e no protagonismo individual trazendo assim a disseminação do neotecnicismo e da pedagogia das competências, ou seja, transferindo aos estudantes a responsabilidade exclusiva pelo seu fracasso ou seu sucesso profissional. Por outro lado, os trabalhos analisados revelam as condições concretas das juventudes da classe trabalhadora que desmascara a ilusão da chamada livre escolha, evidenciando de forma clara a contenção social, necessidade do trabalho precoce e a oferta curricular flexibilizada que continua a reservar aos filhos dos trabalhadores postos informais e precários do mercado de trabalho enquanto que preservam os acessos e as posições mais altas aos filhos das elites. Por fim, os achados puderam fornecer dados empíricos cruciais para orientar outros pesquisadores para estudos no campo da Educação Básica e do Ensino Médio, etapa crucial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu analisar o Ensino Médio e a dualidade estrutural que existe na história da educação básica no Brasil e as mudanças ocorridas em sua constituição na legislação brasileira, sua historicidade e os desafios enfrentados por esta etapa da Educação Básica a partir de 2016 até 2026, período em que houveram mudanças nas leis sobre o Ensino Médio. As leis[2] em questão inauguraram o chamado Novo Ensino Médio no Brasil.

Como metodologia foi utilizado o Estado do Conhecimento em pesquisas realizadas no estado de Goiás, em repositórios da Universidade Federal do Goiás (UFG), Universidade Estadual do Goiás (UEG), no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e por fim no repositório do Instituto Federal de Goiás (IFG), o período buscado foram pesquisas feitas entre 2016 até 2026. Como objetivo geral discutimos o Ensino Médio e a persistência da dualidade estrutural que acontece no Brasil muito antes da nova legislação e que continua após a reforma.

Além disso, tivemos a pretensão de analisar qual a relação entre "formação e trabalho", que é um dos objetivos da educação segundo a LDB, é também onde a dualidade estrutural está presente, pois a profissionalização e a continuidade dos estudos é uma decisão difícil para os filhos dos trabalhadores.

Sendo assim, a Educação Básica quase não tem mais o papel de ser básica, uma vez que não forma o ser em sua totalidade, já que existem tantos interesses capitalistas dentro e fora da escola.

Na atualidade as máquinas, os smartphones e a tecnologia em geral buscam minar uma educação verdadeiramente integral, onde os jovens não têm uma educação que possa prepará-los para serem cidadãos consciente do seu papel na sociedade, nessa perspectiva ele se torna apenas uma mão de obra para o mercado, e uma mão de obra cada vez mais barata. Onde os interesses neoliberais falam mais alto e a dualidade estrutural permanece na Educação Básica.

Nesse sentido, os achados das pesquisas revelam que a produção acadêmica sobre esse objeto possui relevância científica e social sobre muitos aspectos diferentes, como o desvelamento da dialética entre o prescrito e o vivido, uma vez que as pesquisas confrontam os discursos oficiais que prometem qualidade, modernização e protagonismo mas que em um realidade concreta estudantes e professores enfrentam outras demandas.

Essas pesquisas ao utilizarem o materialismo histórico-dialético constroem argumentos ricos

[2] Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.

que contestam a naturalização do mercado, da meritocracia e demais engodos associados veladamente no espaço escolar. Além disso, as pesquisas dão voz aos estudantes/trabalhadores da EJA, aos jovens do interior goiano e aos professores, resgatando trajetórias e denunciando a dualidade estrutural existente historicamente na escola. Os achados ainda fornecem dados cruciais para orientar políticas públicas na formulação de propostas efetivamente emancipatórias.

Portanto, como resposta ao problema proposto, o Ensino Médio no Brasil possui muitos desafios, pois é fato que as leis vigentes reforçam a dualidade estrutural histórica que acomete a educação brasileira há muito tempo. Sabe-se que essa dualidade persiste no Ensino Médio, mas que há lutas que já foram vencidas e outras a serem enfrentadas, uma delas é fazer com que os filhos da classe trabalhadora tenham uma formação omnilateral e que se tornem cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, mas esta ainda é uma pauta de luta; por uma educação completa.

Por fim, uma das lacunas encontradas nas pesquisas foi que os estudos foram desenvolvidos durante a fase inicial da transição para o Novo Ensino Médio, quando da implementação da Medida Provisória nº 746/2016 e da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), nesse sentido por ficarem nas análises documentais há uma lacuna de dados empíricos longitudinais sobre os efeitos da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos itinerários formativos na aprendizagem a longo prazo dos estudantes do Ensino Médio. Assim, são necessários estudos futuros que possam acompanhar todo o processo do Novo Ensino Médio para avaliar a formação dos jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. C. F. de. Esvaziamento da formação do trabalhador: espírito empresarial na educação profissional a distância. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 34, n. 2, p. 204–215, 2024. DOI: 10.18224/frag.v34i2.14436. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/14436. Acesso em: 30 set. 2026.

ALMEIDA, G. C. F. de. **Entre a expansão e a negação da formação de trabalhadores:** a Rede e-Tec Brasil e a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em cursos à distância. Curitiba: Appris, 2025.

BARBOSA, Sebastião Cláudio. A **formação integrada omnilateral:** fundamentos e práticas no Instituto Federal de Goiás a partir do PROEJA. 2017. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, e institui a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: Portal da Legislação – Lei nº 13.415/2017. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: Portal da Legislação – Lei nº 9.394/1996. Acesso em: 15 jul. 2026.

CASTRO, C. M. Desventuras do Ensino Médio e seus desencontros com o profissionalizante. *In*: VELOSO, F. *et al*. (orgs.). **Educação básica no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 145-69.

CURY, C. R. J. O Ensino Médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 27, p. 73-84, 1998.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

MARX, K. **O Capital:** O capital: crítica da economia política: volume 1: livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? medida provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia de pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

PINHEIRO, Rafael Gomes. **Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do sul do estado de Goiás**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 185-209, 2013.

[i] **Eliane Nunes Marins**
Secretaria de Educação do Distrito Federal | Brasília | DF | Brasil
Mestranda em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Participante da linha Trabalho, políticas e Formação de professores. Graduada em HISTÓRIA e PEDAGOGIA. Atualmente servidora pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Atuando na Coordenação Local do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Formação de Trabalhadores - NUPEEFT. Tem experiência na área de Educação e História.
E-mail: eliane.marins@se.df.gov.br | ORCID: https://orcid.org/0009-0009-1130-3780

[ii] **Guenther Carlos Feitosa de Almeida**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, IFG, Brasil.
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Atua como docente e orientador no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação do IFG, além de ser membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Formação de Trabalhadores - NUPEEFT. Conduz pesquisas na área de Políticas Educacionais e Educação e Trabalho atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Educacionais de Educação Profissional, Trabalho e Educação, Formação de Professores.
É membro também da EM Pesquisa Rede de Grupos de Pesquisa sobre Ensino Médio sob a coordenação da Unicamp e UFPR.
E-mail: guenther.almeida@ifg.edu.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4153-9726

Disponibilidade de Dados
Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis nos repositórios das instituições públicas mencionadas ao longo do artigo.

Editores responsáveis
Guilherme José Pereira; Paola Gabriela da Costa Arantes

Como citar este artigo ABNT e APA:

MARINS, Eliane Nunes; ALMEIDA, Guenther Carlos Feitosa de. O Ensino Médio no Brasil e a Persistência da dualidade estrutural. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p. 331-349, 2026. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23p331-349

Marins, E. N., & Almeida, G. C. F. de. (2026). O Ensino Médio no Brasil e a Persistência da dualidade estrutural. *@rquivo Brasileiro de Educação, 14*(23), 331-349. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23p331-349